



# LÍNGUA INGLESA? LÍNGUA FRANCA? LÍNGUA ADICIONAL?: A RELAÇÃO ENTRE CONCEITOS DA LÍNGUA INGLESA EM INTERFACE AOS DOCUMENTOS OFICIAIS E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Debora Cristofolini<sup>1</sup>  
Jessica Reinert dos Santos<sup>2</sup>  
Maria Daiana Dela Justina Starke<sup>3</sup>  
Raquel Siqueira Buonocore<sup>4</sup>  
Cynthia Bailer<sup>5</sup>

## RESUMO

Ao nos reportarmos ao ensino da língua inglesa no Brasil, vários são os entendimentos acerca desta que emergem nos contextos educacionais. Há contextos que trabalham a língua inglesa como língua franca, outros pensam suas práticas em uma perspectiva de inglês como língua estrangeira, outros como língua adicional. Todas essas nomenclaturas referem-se à mesma língua neste trabalho, a língua inglesa. Contudo, ao optar por uma nomenclatura, optamos também por modos diferentes de ver essa língua, levando em conta aspectos sociais, políticos e culturais que dali emergem. Partindo dessa premissa, o presente trabalho busca: i) compreender os conceitos de língua inglesa presentes em documentos oficiais (BRASIL, 1996, 2018, 2020) e ii) relacionar conceitos que emergem dos documentos analisados com a percepção da prática docente de duas professoras de inglês em contexto do ensino público municipal e de duas professoras de escolas de idiomas. Como vertente metodológica, nossa pesquisa se insere em uma perspectiva qualitativa (MARTINS, 2004; BOGDAN; BIKLEN, 1994) de cunho interpretativo (SOARES, 2006), tendo como base para geração dos dados a análise documental (FLICK, 2009) e relato de experiência (GROLLMUS; TARRÉS, 2015). O viés teórico que orienta a nossa análise se dá por meio dos conceitos abordados por Jordão (2014), Fritzen e Nazaro (2018) e Bailer et al. (2020) em uma perspectiva sociocultural (JOHNSON, 2009). A partir da análise dos dados, pudemos inferir que a escolha por uma nomenclatura específica para se referir à língua inglesa impacta consideravelmente as escolhas metodológicas e pedagógicas docente no contexto escolar. Tal resultado nos leva a refletir sobre a importância da compreensão teórica acerca de termos referentes à língua inglesa, uma vez que estes não são considerados sinônimos, mas sim, termos que se referem à língua inglesa, contudo, com relações políticas, sociais e axiológicas bem definidas, dando uma perspectiva diferente à língua inglesa.

**Palavras-chave:** Língua Inglesa, Documentos Oficiais, Conceitos de Língua Inglesa, Prática Docente.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Regional de Blumenau (FURB) – SC, [debcrisofolini@furb.br](mailto:debcrisofolini@furb.br);

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pelo PPGE FURB – SC, [jessicareinert@furb.br](mailto:jessicareinert@furb.br);

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pelo PPGE FURB – SC, [mdjstarke@furb.br](mailto:mdjstarke@furb.br);

<sup>4</sup> Mestranda em Educação pelo PPGE FURB – SC, [rbonocore@furb.br](mailto:rbonocore@furb.br);

<sup>5</sup> Professora Orientadora: Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente no curso de Letras e no PPGE FURB – SC, [cbailer@furb.br](mailto:cbailer@furb.br).

## INTRODUÇÃO

No campo do ensino da língua inglesa em contextos educacionais brasileiros, há vários entendimentos acerca dos conceitos utilizados para o ensino da língua, bem como implicações ao optar por determinada conceituação ao inseri-la nas práticas pedagógicas docentes. Inglês como língua franca (ILF), inglês como língua estrangeira (ILE) e inglês como língua adicional (ILA) são nomenclaturas que se referem ao ensino da língua inglesa no Brasil. Logo, ao optar por uma terminologia, compreendemos as funções sociais, políticas e culturais que emergem dessa escolha.

Perante o exposto, percebe-se diante dos documentos oficiais educacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDBEN, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Bilíngue do Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CEB 2/2020 (BRASIL, 2020), a Base Nacional Comum Curricular BNCC (BRASIL, 2018), e a Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação de Indaial (INDAIAL, 2019), a inserção desses conceitos e suas relações ao ensino e aprendizagem da língua.

Nesse contexto, este artigo tem por objetivos i) compreender os conceitos de língua inglesa presentes em documentos oficiais (BRASIL, 1996, 2018, 2020) e ii) relacionar conceitos que emergem dos documentos analisados com a percepção da prática docente de duas professoras de inglês em contexto do ensino público municipal e de duas professoras de escolas de idiomas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa (MARTINS, 2004; BOGDAN; BIKLEN, 1994) de cunho interpretativo (SOARES, 2006), tendo como base para geração dos dados a análise documental (FLICK, 2009) e o relato de experiência (GROLLMUS; TARRÉS, 2015). A análise dos dados se dá à luz de Jordão (2014) que apresenta o conceito de língua adicional, Jenkins, Cogo e Dewey (2011) que dialogam acerca da língua franca e língua estrangeira, referencial que fundamenta este estudo numa perspectiva sociocultural de formação de professores (JOHNSON, 2009).

Os resultados obtidos neste estudo nos levam a refletir sobre a relevância da compreensão teórica desses termos referentes à língua inglesa, bem como suas relações no processo de ensino do idioma, visto que estes termos não são sinônimos e oferecem perspectivas diferentes à língua inglesa e seu processo de ensino-aprendizagem.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza de cunho qualitativo, uma vez que busca compreender a língua inglesa inserida em contextos sociais específicos, constituídos histórico e dialogicamente (MARTINS, 2004). Além disso, compreendemos nosso estudo como interpretativo, pois “o conhecimento é considerado como construído pela capacidade de o investigador produzir significado para os fenômenos” (SOARES, 2006, p. 403). O investigador se insere no campo de pesquisa com suas bases teóricas bem definidas, tendo, assim, recursos para analisar os dados que emergem das interações orais ou escritas dos sujeitos, podendo interpretá-los de acordo com as teorias estudadas previamente, sendo a neutralidade inexistente nessa perspectiva de estudo (MARTINS, 2004). Assim, em nossa pesquisa, pretendemos compreender como a língua inglesa é entendida nos documentos oficiais, lançando olhares também a prática pedagógica de professoras inseridas no contexto básico de ensino, bem como, em escolas de idiomas, analisando tal interação à luz da perspectiva sociocultural para a formação de professores de línguas de Johnson (2009).

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), as pesquisas que se enquadram em uma perspectiva qualitativa buscam analisar seus dados de forma indutiva. A partir desta premissa, em consonância com os dizeres de Martins (2004, p. 292), ao analisar os dados, há um movimento “resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador.”. Desse modo, os dados analisados nesse estudo não foram gerados com o intuito de confirmar hipóteses e encaixar pequenas peças para formar um quebra-cabeça já conhecido de antemão. Ao contrário, a pesquisa vai ganhando forma na medida em que os dados são analisados e as regularidades vão emergindo (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A partir das bases metodológicas definidas, partimos para a análise dos dados. Nosso foco inicial foi a análise dos documentos oficiais que norteiam as escolas das redes públicas municipais e estaduais, bem como, das escolas de idiomas na quais as pesquisadoras se inserem, a fim de depreender as bases epistemológicas em que cada documento se embasa ao pensarmos no ensino da língua inglesa, emergindo assim, uma perspectiva analítica de cunho documental (FLICK, 2009) que perpassa nossa pesquisa. Em interface à análise documental, nossa pesquisa faz uso também de relato de experiência (GROLLMUS; TARRÉS, 2015), uma vez que a prática pedagógica das pesquisadoras é levada em consideração, a fim de compreender como os conceitos acerca da língua inglesa que emergem dos documentos oficiais se apresentam nas dinâmicas em sala de aula.

Após essa breve exposição sobre os percursos metodológicos que guiam nossa pesquisa, passamos à discussão do referencial teórico que embasa as análises aqui apresentadas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A língua inglesa tornou-se língua de comunicação global, contudo, esta globalização da língua não se encontra em zona de neutralidade no que tange a questões culturais e ideológicas em contextos sociais (PENNYCOOK, 2017). A língua, neste sentido, se constitui em uma ferramenta psicológica e cultural produtora de sentidos e experiências (JOHNSON, 2009; BAILER et al., 2020). Este fator aliado à globalização favoreceu a gênese de novas perspectivas para o ensino da língua inglesa. Uma destas novas perspectivas pode ser observada na BNCC (BRASIL, 2018), que recomenda a implementação do conceito de inglês como língua franca, descortinando novos horizontes para a compreensão da comunicação em diferentes contextos. Assim, conhecer estes conceitos torna-se essencial para que possamos vislumbrar as “funções sociais que a Língua Inglesa é posta na sociedade” (JORDÃO, 2014, p. 2).

Ao lançarmos olhares aos documentos oficiais que regem a educação brasileira, estes apresentam termos que expressam concepções de inglês como: i) língua estrangeira, ii) língua adicional, e iii) língua franca. Estas nomenclaturas figuram escolhas que definem as funções sociais da língua inglesa (JORDÃO, 2014) e estas estão intimamente ligadas às escolhas pedagógicas dos docentes no cerne das interações em sala de aula.

A concepção de inglês como língua estrangeira tem seu âmago voltado para situações de ensino e aprendizagem, a aquisição da língua. Neste sentido, há uma movimentação para que se aproxime da variante nativa o máximo possível (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011), garantindo uma posição de inferioridade em relação ao nativo. Para além da língua, há uma admiração e reprodução da cultura estrangeira. Não existe uma apropriação da língua, neste sentido, a língua sempre é algo do outro, jamais nossa. Sua finalidade é a comunicação entre sociedades que não a nossa (JORDÃO, 2014).

Já o conceito de inglês como língua adicional é possuidor de um caráter mais aditivo, no que se refere a línguas aprendidas após a primeira. Por sua vez, coloca o inglês no mesmo patamar de outras línguas, ou seja, apenas mais uma língua entre outras tantas. Desta forma, celebra o caráter plurilíngue da sociedade contemporânea na coexistência de várias línguas (FRITZEN; NAZARO, 2018). Nesta ótica, inglês é compreendido não apenas para se comunicar com os de fora, mas também com a nossa própria sociedade, assumindo um caráter tanto local quanto global (JORDÃO, 2014)

Na ótica de Jenkins, Cogo e Dewey (2011), o inglês como língua franca constitui uma língua global, independente de uma origem ou limite geográfico devendo ser aprendida inclusive por falantes de inglês como primeira língua. Neste sentido, em contraponto ao inglês



compreendido como língua estrangeira, o inglês como língua franca não busca pela máxima aproximação à variante nativa, mas considera as diferenças como características sejam elas emergentes ou potenciais (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011). Ainda de acordo com os autores, inglês como língua franca não se propõe a criar modelos, mas possui ênfase elevada na comunicação, especialmente entre não nativos.

Em suma, as escolhas conceituais relacionadas ao inglês como língua podem conduzir as práticas docentes por caminhos distintos, quando as relacionamos ao contexto do ensino básico público e à prática docente em escolas de idiomas. Estes contextos revelam caminhos e escolhas heterogêneas.

A seguir, apresentamos os resultados da análise do relato de duas professoras do ensino público e duas professoras de escolas de idiomas, relacionando conceitos, acima elucidados, emergentes dos documentos analisados aliados às respectivas práticas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção, os resultados são apresentados e analisados à luz da fundamentação teórica citada anteriormente. Para alcançar o objetivo de compreender os conceitos de língua inglesa presentes em documentos oficiais brasileiros como a LDB (1996), o parecer do CNE/CEB (2020), a BNCC (2018), e a Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação de Indaial (2019), foi realizado o procedimento de análise documental com o intuito de verificar como aparecem essas concepções e suas definições nesses documentos, como demonstrado no quadro 1.

**Quadro 1** - Organização dos dados advindos dos documentos oficiais e relações das práticas pedagógicas

Documento Oficial e Rede de Ensino	Conceito de Língua Inglesa	Práticas Pedagógicas
<b>BNCC (2018)</b> <b>PPP (2019)</b> <small>Escolas Públicas Municipal e Estadual</small>	<b>Franca</b>	<b>*ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAL E ESTADUAL*</b> -Correspondência dos conteúdos com os objetivos de conhecimento da BNCC; -O foco na capacidade de uso; -Contato com textos e vídeos de diversas origens; -Seleção de conteúdos com enfoque em aspectos culturais de outros países.  <b>*ESCOLA DE IDIOMAS*</b> -Abordagem de temáticas mais globais nos níveis finais do curso.
<b>CNE CEB (2020)</b> <small>Escolas Públicas Municipal e Estadual</small>	<b>Língua Adicional</b>	<b>*ESCOLA DE IDIOMAS*</b> -Reconhecimento da coexistência de várias línguas em uma cultura multilíngue.
<b>BNCC (2018)</b> <b>LDB (1996)</b> <b>PPP (2019)</b> <b>CNE CEB (2020)</b> <small>Escolas Públicas Municipal e Estadual</small>	<b>Língua Estrangeira</b>	<b>*ESCOLA DE IDIOMAS*</b> -Condicionamento à pronúncia de falantes nativos norte-americanos. -Disseminação a cultura norte americana através de feriados e datas comemorativas.

**Fonte:** organizado pelas autoras.

Com relação aos dados do quadro 1, nos documentos oficiais das redes de ensino das escolas públicas Estadual e Municipal, BNCC (BRASIL, 2018) e Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação de Indaial (INDAIAL, 2019), foi possível observar a presença constante do conceito de língua inglesa como língua franca (ILF) (JENKINS, COGO & DEWEY, 2011; JORDÃO, 2014). No cenário nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue, Parecer CNE/CEB 2/2020 (BRASIL, 2020), ainda não homologado pelo Ministro da Educação, é possível perceber o conceito de inglês como língua adicional (ILA). Nas palavras de Jordão (2014, p. 29-30), “No Brasil se percebe que o termo *língua adicional* tem um espaço maior do que fora do país [...] para situações de aprendizagem de inglês em contextos plurilíngues e em contextos em que os aprendizes compartilham uma primeira língua diferente do inglês”. Já no documento da LDBEN (BRASIL, 1996), o conceito de inglês como língua estrangeira (ILE) ganha destaque.

As práticas realizadas em contexto de ensino público estadual e municipal em que o idioma é ensinado em uma perspectiva de ILF, os planejamentos dos docentes são embasados nas necessidades dos seus estudantes, nas especificidades da comunidade escolar e na proposta/projeto de estudo do coletivo. No âmbito educacional tanto municipal quanto estadual, os conteúdos trabalhados estão em conformidade com a BNCC (BRASIL, 2018), a partir dos

cinco eixos que caracterizam o componente curricular língua inglesa: leitura, conhecimentos linguísticos, oralidade, escrita e dimensão intercultural.

O foco do aprendizado da língua está na capacidade de uso, os estudantes são expostos a situações reais de aprendizagem, com o propósito de prepará-los para interagirem em diversas situações em meio à globalização. Assim, conforme a Proposta Curricular Municipal (INDAIAL, 2019, p. 4),

[...] o professor propõe atividades nas quais o estudante entra em contato com textos que tratem de aspectos relevantes contextualizados fazendo com que a atividade exercite a linguagem como prática social nas quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever) e não mais algo dissociado da realidade.

Diante desse contexto, as aulas são planejadas com materiais, por exemplo, textos e vídeos em que o inglês é falado em diversos países com o objetivo de apresentar aos discentes expressões da língua em um amplo contexto mundial e não somente mencionar situações em que o idioma é falado unicamente nos Estados Unidos ou na Inglaterra. Segundo o documento oficial municipal (INDAIAL, 2019, p. 4), “O estudante precisa refletir sobre a função social e política do inglês, em seu status de língua franca, já que a língua inglesa não é mais aquela unicamente dos falantes nativos norte-americanos, britânicos, australianos, por exemplo.”

Ademais, para ampliar o repertório cultural são selecionados conteúdos por meio de músicas e filmes, por exemplo, que apresentam situações acerca dos costumes e aspectos culturais de vários países, situações que trazem a concepção de língua como franca, desmistificando a ideia da existência de um inglês padrão. Logo, de acordo com o documento municipal (INDAIAL, 2019, p. 4):

Crenças como a de que existe um inglês melhor para ensinar, um nível de proficiência específico para ser alcançado pelo estudante precisam ser revistas. Professores e estudantes devem refletir sobre as relações entre acurácia e fluência, perfeição e inteligibilidade. Assim, entender e ensinar a língua inglesa como língua franca envolve reconhecer a importância da cultura, da inteligibilidade no ensino e aprendizagem.

A BNCC preconiza o ensino de língua inglesa como oportunidade de acesso a aspectos culturais diversos e o apresenta como “atitude de acolhimento e legitimação de diferentes formas de expressão na língua” (BRASIL, 2018, p. 242). Deste modo, é possível entender a importância da cultura na aprendizagem da língua como componente essencial para ampliar a compreensão acerca do inglês, indo ao encontro do entendimento de que não existe um modelo ideal a ser seguido, um único inglês correto. Também, ressalta-se a valorização do inglês que é utilizado no Brasil, por brasileiros, para comunicação em diferentes contextos (BAILER et al., 2020).

As escolas de idiomas se diferem das escolas de educação básica no tocante à sua relação com os documentos oficiais. Enquanto escolas de ensino regular, sejam públicas ou privadas, são regulamentadas por estes documentos, escolas de idiomas, são reconhecidas como ‘cursos



livres' com base legal no Decreto nº 5.154/04 (BRASIL, 2004) e na Portaria nº 008/02 (SANTA CATARINA, 2002). Ou seja, escolas de idiomas são espaços de educação não formal, destinadas a proporcionar conhecimento sem a obrigatoriedade de escolaridade anterior, enquadrando-se na categoria de educação profissional de nível básico.

Para este trabalho, como parte dos esforços para responder ao segundo objetivo específico, lançamos o olhar para a realidade de duas escolas de idiomas do município de Blumenau, as quais chamaremos aqui de escola A e escola B. Nesses contextos, o profissional que está em sala de aula ensinando língua inglesa aos estudantes são referidos como instrutores de idiomas. A escola A, refere-se a uma escola de idiomas com atuação de mais de 60 anos no país, possui metodologia própria com características tradicionais, e recursos audiovisuais, livro didático e caderno de atividades desenvolvidos por seus profissionais. Esta escola está presente em quase todos os estados brasileiros, formando uma grande rede de franquias. No que tange ao treinamento de seus instrutores, a escola A realiza seus treinamentos em seu próprio espaço. Neste treinamento, pouca ou nenhuma ênfase é dada a outras temáticas além de sua metodologia própria, deixando imprecisa a compreensão que tem acerca da língua inglesa.

Por meio da análise de fragmentos de sua metodologia e materiais didáticos, foi possível identificar algumas tendências em relação à língua inglesa. A escola A utiliza em sua metodologia vídeos com pequenas situações do dia a dia que, após serem ouvidas pelos alunos, devem ser repetidas o mais próximo possível da pronúncia ali apresentada. Desta forma, os alunos não são apenas incentivados, mas condicionados a 'falar como um nativo', dando indícios de uma compreensão da língua inglesa como LE (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011; JORDÃO, 2014). Este processo reverbera no material infantil, no qual os personagens apresentados, mesmo que de diferentes etnias, possuem o sotaque norte-americano.

Em seus materiais para níveis mais avançados, a escola A apresenta, mesmo que palidamente, em seus materiais para debates tópicos como inglês como língua global e inglês como língua franca. Além de referenciar a língua franca, esses materiais também apontam o caráter de língua adicional admitindo sua presença no cenário global multilíngue. No entanto, esses debates parecem permanecer apenas na esfera teórica, uma vez que tanto a língua como a cultura norte-americana são fomentadas em todos os níveis de aprendizagem demonstrando uma inclinação à concepção de língua inglesa como LE. Neste sentido, embora a escola A imbua elementos de inglês como língua franca em seus materiais para o público avançado, seu objetivo final vendido ao aluno por meio da propaganda 'fale como um nativo' consolida sua escolha conceitual de inglês como LE (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011; JORDÃO, 2014).

A escola B, por sua vez, atua há mais de 30 anos no mercado brasileiro em formato de franquias, possuindo metodologia própria e materiais didáticos. Um de seus interesses é trazer

inovação e temas atuais para discussão em sala de aula. Os materiais disponíveis para uso do aluno são livro do estudante, livro de tarefas e aplicativo para realização de atividades de áudio. As aulas acontecem em dois formatos, o primeiro formato é voltado para o estudo individual e o segundo para aulas em grupo. Independente do formato, a metodologia se constitui de dois tipos de aula. No primeiro tipo é estudado o vocabulário e expressões novas assim como questões gramaticais. A partir desta base, há uma série de interações entre instrutor e aluno. Já o segundo tipo possui momentos destinados à prática do conteúdo novo aprendido anteriormente por meio de exercícios de *listening*, *reading* e *writing*. Neste processo, embora possua áudios de apoio gravados por falantes nativos, não se espera do aluno a reprodução da pronúncia exata de um nativo, mas que se oportunize a comunicação, remetendo aos conceitos de língua franca apresentados por Jordão (2014).

Na perspectiva dos livros para crianças, há alguns detalhes diferentes, como o fato de o livro apresentar personagens com características e nacionalidades diversas, como um personagem que é descendente de japonês, outro que é africano, por exemplo. E dentro do contexto de cada temática trabalhada em sala, acontecem dinâmicas e discussões com um olhar mais atento à diversidade. Ainda assim, nos áudios utilizados para as atividades propostas percebe-se que não há a mudança de sotaque para além do norte-americano, o que não vai ao encontro da proposta de inglês como língua franca (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011; JORDÃO, 2014).

É válido ressaltar que toda a propaganda e venda de curso de idioma realizada na escola B gira em torno de fluência, de aprender a falar a língua inglesa como nativo. Logo, ao mesmo tempo em que se traz a temática global, embasando-se nas tendências sociais atuais, esta limita-se à aprendizagem do idioma, pautando-se no inglês norte-americano ou britânico como referência de modelo a ser seguido. Dessarte, a concepção imbuída de forma sutil continua sendo a de inglês como LE (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011; JORDÃO, 2014).

Em síntese, nas escolas de idiomas analisadas, identificamos que existe na presença de conteúdos e temáticas globais uma sutil tentativa de envolver o conceito de língua franca nas práticas adotadas pelas escolas A e B. Porém, estas por meio de suas práticas e materiais didáticos, induzem o aluno ao entendimento de fluência como sinônimo de fala semelhante a nativos, o que configura a compreensão do inglês como LE. A ausência de referências nacionais e internacionais que não Europa e América do Norte fomenta esta visão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



A partir da análise dos documentos oficiais, constatamos que a escolha por uma nomenclatura específica, para se referir à língua inglesa, seja ela LE, LA ou LF (JORDÃO, 2014), impacta consideravelmente nas escolhas metodológicas e pedagógicas docentes no contexto escolar.

Ao observarmos os dois grandes contextos escolares analisados neste trabalho, percebemos de um lado, nas escolas da rede pública, o propósito de ensino da língua inglesa ancorado de maneira direta nos documentos oficiais dentro de um ambiente diverso. Este movimento possibilita a compreensão de que o ensino da cultura faz parte do processo de aprendizagem da língua, desvinculando a ideia de que existe um modelo pronto e ideal a ser seguido.

Por outro lado, encontramos a realidade de curso de idiomas que considera os documentos oficiais como norte, na tentativa de trabalhar o idioma levando em consideração os aspectos sociais, culturais e políticos da língua. Contudo não possui obrigatoriedade em segui-lo, fazendo sempre um caminho de retorno ao seu propósito comercial: a venda da fluência em um curto espaço de tempo.

Por meio das análises aqui apresentadas, é possível refletir sobre a complexidade que é o processo de ensinar e aprender uma língua. A prática pedagógica desenvolvida em sala de aula segue perpassada pela compreensão que se apresenta acerca da língua inglesa. Assim, reforça-se a importância da compreensão teórica no tocante às concepções atribuídas à língua inglesa, uma vez que LE, LA e LF não são considerados termos sinônimos, se referem ao ensino da língua, no caso deste trabalho, da língua inglesa, a partir de uma visão política, social e axiológica bem definidas, resultando em práticas pedagógicas específicas.

## REFERÊNCIAS

BAILER, C.; DEBORTOLI, L.A.; MATOS, T.; BERRI, A.P. O inglês não é um só: desenvolvimento do conceito de inglês como língua franca em um curso do programa Idiomas sem Fronteiras. *Letras*, p. 271-289, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/48477/pdf> Acesso em 15 ago. 2022.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em 20 ago. 2022.



BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em 03 jun. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 2/2020. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/30000-uncategorised/85191-parecerceb-2020>. Acesso em 02 jun. 2022.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRITZEN, M. P.; NAZARO, A. C. de S. Línguas adicionais em escolas públicas: discussão a partir de um cenário intercultural. **Educação em Revista**, v. 34, p. 1-27, 2018.

GROLLMUS, N.S.; TARRÉS, J.P. Relatos metodológicos: difractando experiencias narrativas de investigación. **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**, v. 16, n. 2, Art. 24, p. 1-24, 2015.

INDAIAL. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação**. EBM Arapongas, Indaial, 2019.

JENKINS, J.; COGO, A.; DEWEY, M. Review of Developments in Research into English as a Lingua Franca. **Language Teaching**, Cambridge, v.44, n.3, p.281–315, 2011.

JOHNSON, K. E. **Second language teacher education: a sociocultural perspective**. New York: Routledge, 2009.

JORDÃO, C. M. ILA-ILF-ILE-ILG: quem dá conta?. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 14, p. 13-40, 2014.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago, 2004.

PENNYCOOK, A. **The cultural politics of English as an international language**. New York: Routledge, 2017.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **PORTARIA Nº 008 de 25 de junho de 2002**. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/legislacao-58/educacao-profissional-279/867-portaria-n-008-de-25-06-2002-1606/file>. Acesso em 20 ago. 2022.

SOARES, M. Pesquisa em Educação no Brasil – continuidades e mudanças, um caso exemplar: a pesquisa sobre alfabetização. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 393-417, jul./dez 2006.